



MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 946
LARGO CARDEAL COSTA NUNES
9950-300 MADALENA (C. P. 100)
TEL. 292 628 700
TELEFAX 292 628 748
SITE: www.cm-madalena.pt
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt

28

182

ACTA

DA

REUNIÃO ORDINÁRIA

DA

CÂMARA MUNICIPAL DA MADALENA

Local: Sede do Futebol Clube da Madalena.

Data: 19/04/2007.

Iniciada às 10H e encerrada às 11H10M.

Aprovada em 19/04/2007 em minuta e publicada através do Edital n.º 12

ORDEM DO DIA

I – Correspondência e Assuntos Diversos:

- 1 – Informações dos Responsáveis de cumprimento das deliberações da última reunião;
- 2 – Apresentação do Relatório de Actividades dos Serviços de 29 de Março a 12 de Abril de 2007.
- 3 – Relatório e Auto de Medição n.º 07 da "Empreitada de Remodelação e Ampliação da Rede de Águas do Concelho da Madalena" – Para conhecimento.
- 4 – Relatório fotográfico de Março de 2007 da "Empreitada de Remodelação e Ampliação da Rede de Águas do Concelho da Madalena" – Para conhecimento.
- 5 – Relatório e Auto de Medição n.º 7 da "Empreitada de Construção do Parque de Campismo da Madalena" – Para conhecimento.



MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 572/070946
LARGO CARDINAL COSTA NUNES
9800-304 MADALENA (C. P. 400)
TELEF. 282 628 100
TELEFAX 282 628 140
SITE: WWW.CTM.MADALENA.PT
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt

28
183
A
F
R
S.

- 6 – Informação da Chefe de Secção Expediente, Arquivo e Documentação, sobre a Proposta apresentada pelos Srs. Vereadores Manuel Pereira Furtado e Sandra Rodrigues, presente à reunião camarária de 22/03/2007 – Para conhecimento.
- 7 – 1.ª Prorrogação de Prazo de Fiscalização Técnica da "Empreitada de Construção do Parque de Campismo da Madalena" – Para conhecimento.
- 8 – 6.ª Prorrogação do Prazo de Fiscalização Técnica da "Empreitada de Execução do Ramal de MT e PT do Furo de Captação de Água da Miragaia, Bandeiras" – Para conhecimento.
- 9 – 1.ª Prorrogação de Prazo de Fiscalização Técnica da "Empreitada de Remodelação Total do Edifício dos Paços do Concelho da Vila da Madalena" – Para conhecimento.
- 10 – Justificação de falta à reunião de câmara do dia 05/04/2007, da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Rodrigues Luís Silva.
- 11 – Alargamento de Horário do Bar da Casa do Povo da Criação Velha – Para decisão.
- 12 – Da Comissão Administrativa da Igreja de Santa Margarida – Pedido de apoio em materiais para obras na Igreja – Para decisão.
- 13 – Do Grupo Folclórico "Ilha Morena" da Casa do Povo de São Mateus – Pedido de apoio em beberete aquando do lançamento do DVD "Minha Terra" – Para ratificação.
- 14 – Documentos de Prestação de Contas da Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2006 – Para aprovação.
- 15 – Proposta de Aplicação de Resultado Líquido do Exercício de 2006 – Para aprovação.
- 16 – Alteração n.º 5 ao Orçamento – Para aprovação.
- 17 – Resumo Diário da Tesouraria referente ao dia 18/04/2007 – Para conhecimento.

II – Projectos de Arquitectura – Para deliberação.

- 1 – Processo n.º 018/2004, de Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 808 da Candelária.
- 2 – Processo n.º 016/2007, de José Pinheiro Dias.
- 3 – Processo n.º 017/2007, de Manuel Tibério da Costa Goulart.
- 4 – Processo n.º 027/2007, de Delmar Marcelo Maciel Tavares.
- 5 – Processo n.º 030/2007, de Carla Maria Marcos Goulart Bettencourt.

III – Projecto de Especialidades – Para deliberação.

- 1 – Processo n.º 069/2006, de Agostinho, Gonçalves e Gabriela, Lda.



MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 946
LARGO CONDESSA COSTA NUNES
9660-324 MADALENA (D. FIC)
TEL. (81) 252-628 700
TEL. FAX. 252-628 748
SITE: www.cm-madalena.pt
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt

28
184

Handwritten signature and initials.

A reunião iniciou com os seguintes elementos do elenco camarário:

Presidente: Jorge Manuel Pereira Rodrigues.

Vereadores: Manuel Pereira Furtado.

José António Marcos Soares.

Maria de Lurdes Rodrigues Luís Silva.

Sandra Cristina Ávila Rodrigues.

Estiveram presentes, a Técnica Superior da Secção de Contabilidade, Taxas e Licenças, Dra. Hélia Dutra, a Chefe da Secção de Pessoal, Património e Aprovisionamento, Sra. Manuela Serpa, a Técnica Superior de História, Dra. Fernanda Medeiros, a Coordenadora do Gabinete de Estudos e Planeamento, Dra. Sílvia Seco e o Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, que apresentaram ao executivo, para deliberação, os assuntos que no âmbito dos seus departamentos necessitavam de deliberação camarária, e que nos termos da legislação, ao efeito aplicável, cumpriam todos os formalismos legais para que a Câmara, sobre os mesmos, pudesse decidir.

A reunião foi presidida pelo Sr. Jorge Manuel Pereira Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal e secretariada pela Sra. Sónia Goulart, Secretária da Presidência.

O Presidente da Câmara Municipal abriu o período antes da ordem do dia. -----

Proposta ao Executivo: -----

Foi presente a proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, de acordo como o artigo 83.º do Decreto Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5 - A/2002, de 11 de Setembro, no sentido de que seja analisado o ponto não constante da ordem do dia e que necessita de deliberação imediata, nomeadamente: -----

1 – Alargamento de horário de funcionamento do Salão de Santo António do Monte – Para decisão.

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a proposta do Sr. Presidente. -----



MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 946
LARGO CARDENAL COSTA NUNES
3885-324 MADALENA DO RIO
TELEF: 262 628 700
TELEFAX: 262 628 748
SITE: www.cm-madalena.pt
EMAIL: geral@cm-madalena.pt

28

185

M
F
F

Indy R

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Alargamento de horário de funcionamento do Salão de Santo António do Monte – Para decisão. -----

Foi apresentado ao executivo, pela Coordenadora do Gabinete de Estudos e Planeamento, Dra. Silvia Seco, o requerimento da Irmandade de Santo António do Monte, datado de 18/04/2007, solicitando o alargamento de horário de funcionamento do Salão de Santo António do Monte até às 4.00 horas, para um baile no dia 30 de Abril, bem como a informação n.º 213/2007, da Dra. Catarina Lopes, do Gabinete de Estudos e Planeamento que a seguir se transcreve: -----

“As licenças solicitadas pela Irmandade de Santo António do Monte, para realização de um baile no dia 30 de Abril de 2007, estão em condições de ser emitidas, pois cumprem todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, à excepção do horário pretendido, das 22:00h às 04:00h, senão vejamos:

Sendo que existe uma Licença de Utilização para Bar, a entidade em questão apenas poderá realizar os bailes pretendidos no horário entre as 22:00h e as 02:00h, conforme estipula o artº 11º, nº 1, c), do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, relativamente a bares.

O horário não poderá ser alargado pela Câmara Municipal, nos termos do actual art. 13º do Regulamento dos Horários de Funcionamento, uma vez que o alargamento apenas se refere aos estabelecimentos previstos no art. 12º, designadamente: estabelecimentos de jogos e máquinas de diversão, farmácias, funerárias, hotéis, hospedarias, estações de serviço e postos de venda de carburantes e lubrificantes.

Ora, este preceito não tem sentido na forma como aparece redigido, uma vez que só permite à Câmara Municipal autorizar o alargamento de horário àquele tipo de estabelecimentos mencionados no art. 12º. Por este motivo, entende-se que houve um lapso na redacção do art. 13º, e que quando refere no nº 1 “A Câmara Municipal poderá alargar os limites fixados no artigo anterior, em épocas festivas tradicionais, designadamente na quadra natalícia, na Páscoa e nas festas populares e ou do município.”, deverá entender-se que a Câmara Municipal poderá alargar os limites fixados nos artigos anteriores..., abrangendo desta forma qualquer tipo de estabelecimento, deixando ao critério do Executivo Camarário as autorizações de alargamento de horários naquelas épocas já referidas.

Concomitantemente, fazendo uma interpretação correctiva deste preceito - art. 9º, nº 1 do Código Civil : *A interpretação não deve cingir-se à letra da lei, mas reconstruir a partir dos textos o pensamento*



MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 946
LARGO CARDINAL COSTA LUNES
9850-328 MADALENA (AZORES)
TEL: 292 638 700
TELEFAX: 292 628 748
SITE: WWW.CTM-MADALENA.PT
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt

28
186
M
f
ls
Nudey
R

legislativo, tendo sobretudo em conta a unidade do sistema jurídico, as circunstâncias em que a lei foi elaborada e as condições específicas do tempo em que é aplicada.” – entende-se que este alargamento de horário é passível de ser remetido à Câmara Municipal para eventual autorização.

Nos termos do art. 13º do Regulamento em questão, artigo este que versa sobre o alargamento e restrição de horários, nº 2, a competência para o alargamento é exercida pela Câmara, a requerimento fundamentado dos interessados, desde que se observem cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) *“Situaem-se os estabelecimentos em locais em que os interesses de actividades profissionais ligadas ao turismo o justifiquem;*
- b) *Não desrespeitem a segurança, a tranquilidade e o repouso dos munícipes residentes na área onde se situa o estabelecimento;*
- c) *Não desrespeitem as características sócio-culturais e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento.”*

Entende-se que a entidade requerente deverá assumir o cumprimento dos mesmos, caso lhe seja concedido o alargamento de horário até às 04:00h, após deliberação camarária.”

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar o pedido de alargamento de horário de funcionamento do Salão de Santo António do Monte, para um Baile no dia 30 de Abril, até às 04.00 horas, em conformidade com o Regulamento Municipal e com a informação acima transcrita. -----

ORDEM DO DIA

I – Correspondência e Assuntos Diversos. -----

1 – Informações dos Responsáveis de cumprimento das deliberações da última reunião. -----

O executivo foi informado, pelos responsáveis de cada Secção, do cumprimento das deliberações da última reunião camarária, em conformidade com o identificado nos documentos remetidos à Presidência para integrarem a ordem do dia da reunião camarária, documentos que se anexam e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. -----

Deliberação: A Câmara tomou conhecimento. -----

2 – Apresentação do Relatório de Actividades dos Serviços de 29 de Março a 12 de Abril de 2007. -----

Handwritten signatures and initials.

Foram apresentados ao executivo, pelos Responsáveis de cada Secção, os Relatórios de Actividades dos Serviços, entre o período de 29 de Março a 12 de Abril de 2007, documentos que se anexam e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. -----

Deliberação: A Câmara tomou conhecimento. -----

3 – Relatório e Auto de Medição n.º 7 da “Empreitada de Remodelação e Ampliação da Rede de Águas do Concelho da Madalena” – Para conhecimento. -----

Foram apresentados ao executivo, pela Coordenadora do Gabinete de Estudos e Planeamento, Dra. Sílvia Seco, o relatório mensal de trabalhos e auto de medição n.º 7, referentes ao mês de Março de 2007, da empreitada de Remodelação e Ampliação da Rede de Águas do Concelho da Madalena, documentos que aqui se anexam, e que se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. -----

Deliberação: A Câmara tomou conhecimento. -----

4 – Relatório Fotográfico de Março de 2007 da “Empreitada de Remodelação e Ampliação da Rede de Águas do Concelho da Madalena” – Para conhecimento. -----

Foi apresentado ao executivo, pela Coordenadora do Gabinete de Estudos e Planeamento, Dra. Sílvia Seco, o relatório fotográfico mensal, reportado de 01 a 31 de Março de 2007, da empreitada de Remodelação e Ampliação da Rede de Águas do Concelho da Madalena, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido para os devidos e legais efeitos. -----

Deliberação: A Câmara tomou conhecimento. -----

5 – Relatório e Auto de Medição n.º 7 da “Empreitada de Construção do Parque de Campismo da Madalena” – Para conhecimento. -----

Foram apresentados ao executivo, pela Coordenadora do Gabinete de Estudos e Planeamento, Dra. Sílvia Seco, o relatório mensal de trabalhos e auto de medição n.º 7, referentes ao mês de Março de 2007, da empreitada de Construção do Parque de Campismo, documentos que se anexam e aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. -----

Deliberação: A Câmara tomou conhecimento. -----

28
188
Handwritten signatures and initials.

6 – Informação da Chefe de Secção Expediente, Arquivo e Documentação, sobre a Proposta apresentada pelos Srs. Vereadores Manuel Pereira Furtado e Sandra Rodrigues, presente à reunião camarária de 22/03/2007 – Para conhecimento. —————

Foi apresentada ao executivo, pela Coordenadora do Gabinete de Estudos e Planeamento, Dra. Sílvia Seco, a informação n.º 61/2007, de 11/04/2007, da Chefe de Secção de Expediente, Arquivo e Documentação, Sra. Maria da Conceição Jorge, a informar que por lapso não foi dado andamento, na devida altura, à proposta apresentada pelos Srs. Vereadores Manuel Pereira Furtado e Sandra Rodrigues, informando ainda, que nesta data já se encontra efectuado o necessário expediente, documentos que aqui se anexam, e que se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. —————

Deliberação: A Câmara tomou conhecimento. —————

7 – 1.ª Prorrogação de Prazo de Fiscalização Técnica da “Empreitada de Construção do Parque de Campismo da Madalena” – Para conhecimento. —————

Foi apresentada ao executivo, pela Coordenadora do Gabinete de Estudos e Planeamento, Dra. Sílvia Seco, a informação n.º 401, de 11/04/2007, do Dr. Fernando Evangelho, do Gabinete de Estudos e Planeamento, sobre a 1.ª Prorrogação de Prazo de Fiscalização Técnica da empreitada acima mencionada, que a seguir se transcreve: —————

“Tendo presente a informação da fiscalização técnica quanto à prorrogação do prazo de execução dos trabalhos contratuais, por mais 38 dias, até 11 de Julho do corrente ano;

Tendo igualmente presente a sua aprovação por parte do dono da obra, na reunião camarária de 1 de Fevereiro do corrente ano;

A situação em apreço determina, pela sua própria natureza, igual necessidade de prorrogação do contrato de fiscalização técnica respectiva;

Tendo em conta o prazo ora estimado para a conclusão dos trabalhos e, considerando que o valor da execução financeira correspondente não ultrapassará o montante inicialmente estimado para a consulta prévia, julga-se que a prorrogação contratual ora em causa está conforme o disposto no artigo 24º n.º 2 a) do DL 197/99, de 8 de Junho (e enquadrando-se ainda na *ratio legis* do artigo 82º e 86º n.º 1 e) e i) do mesmo diploma).”

Deliberação: A Câmara tomou conhecimento. —————

8 – 6.ª Prorrogação de Prazo de Fiscalização Técnica da “Empreitada de Execução do Ramal de MT e PT do Furo de Captação de Água da Miragaia, Bandeiras” – Para conhecimento. —————



MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512-072-946
LARGO CARDINAL COSTA NUNES
9860-324 MADALENA (GO. RICO)
TELEF. 252-628-700
TELEFAX. 252-628-740
SITE: www.cm-madalena.pt
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt

28
189
A
f f s.
André

Foi apresentada ao executivo, pela Coordenadora do Gabinete de Estudos e Planeamento, Dra. Silvia Seco, a informação n.º 399, de 11/04/2007, do Dr. Fernando Evangelho, do Gabinete de Estudos e Planeamento, sobre a 6.ª Prorrogação de Prazo de Fiscalização Técnica da empreitada acima mencionada, que a seguir se transcreve: -----

“Tendo presente a informação da fiscalização técnica quanto à prorrogação do prazo de execução dos trabalhos contratuais, por mais 30 dias, até a 30 de Abril de 2007;

Tendo igualmente presente a sua aprovação por parte do dono da obra, na reunião camarária de 5 de Abril corrente;

A situação em apreço determina, pela sua própria natureza, igual necessidade de prorrogação do contrato de fiscalização técnica respectiva;

Tendo em conta o prazo ora estimado para a conclusão dos trabalhos e, considerando que o valor da execução financeira correspondente não ultrapassará o montante inicialmente estimado para a consulta prévia, julga-se que a prorrogação contratual ora em causa está conforme o disposto no artigo 24º n.º 2 a) do DL 197/99, de 8 de Junho (e enquadrando-se ainda na *ratio legis* do artigo 82º e 86º n.º 1 e) e i) do mesmo diploma).”

Deliberação: A Câmara tomou conhecimento. -----

9 – 1.ª Prorrogação de Prazo de Fiscalização Técnica da “Empreitada de Remodelação Total do Edifício dos Paços do Concelho” – Para conhecimento. -----

Foi apresentada ao executivo, pela Coordenadora do Gabinete de Estudos e Planeamento, Dra. Silvia Seco, a informação n.º 400, de 11/04/2007, do Dr. Fernando Evangelho, do Gabinete de Estudos e Planeamento, sobre a 1.ª Prorrogação de Prazo de Fiscalização Técnica da empreitada acima mencionada, que a seguir se transcreve: -----

“Tendo presente a informação da fiscalização técnica quanto à prorrogação do prazo de execução dos trabalhos contratuais, por mais 30 dias, até 30 de Junho do corrente ano;

Tendo igualmente presente a sua aprovação por parte do dono da obra, na reunião camarária de 1 de Fevereiro do corrente ano;

A situação em apreço determina, pela sua própria natureza, igual necessidade de prorrogação do contrato de fiscalização técnica respectiva;

Tendo em conta o prazo ora estimado para a conclusão dos trabalhos e, considerando que o valor da execução financeira correspondente não ultrapassará o montante inicialmente estimado para a consulta prévia, julga-se que a prorrogação contratual ora em causa está conforme o disposto no artigo 24º n.º 2 a) do DL 197/99, de 8 de Junho (e enquadrando-se ainda na *ratio legis* do artigo 82º e 86º n.º 1 e) e i) do mesmo diploma).”

Deliberação: A Câmara tomou conhecimento. -----

28
190
A
F. S.
Lurdes

10 – Justificação de falta à reunião de câmara do dia 05/04/2007, da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Rodrigues Luís Silva. -----

Foi apresentada ao executivo, pela Coordenadora do Gabinete de Estudos e Planeamento, Dra. Sílvia Seco, a justificação de falta, da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Silva, à reunião camarária de 05/04/2007, por se encontrar ausente da Ilha em férias, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. -----

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade, justificar a falta. -----

11 – Alargamento de Horário do Bar da Casa do Povo da Criação Velha – Para decisão. -----

Foi apresentado ao executivo, pela Coordenadora do Gabinete de Estudos e Planeamento, Dra. Sílvia Seco, o requerimento do Sr. Carlos Manuel Rodrigues Dutra, datado de 09 de Abril de 2007, solicitando o alargamento de horário do Bar da Casa do Povo da Criação Velha até às 4.00 horas, para um baile de Angariação de Fundos a favor de Marisa Amaral, no dia 28 de Abril, bem como a informação n.º 194/2007, de 13/04/2007, da Dra. Catarina Lopes, do Gabinete de Estudos e Planeamento, que a seguir se transcreve: -----

"As licenças solicitadas pelo Sr. Carlos Manuel Rodrigues Dutra, para realização de um baile para angariação de fundos da sala da Casa do Povo da Criação Velha, no dia 28 de Abril de 2007 estão em condições de ser emitidas, pois cumprem todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, à excepção do horário pretendido (das 21h às 04h), senão vejamos:

Tendo em conta que o Regulamento Geral do Ruído e o Regulamento Municipal de Instalação e Funcionamento de Recintos de Espectáculos e de Divertimentos Públicos, nada referem em matéria de horário, recorremos, por analogia, ao **Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais**.

Assim, sendo que existe uma Licença de Utilização para Bar para a Casa do Povo da Criação Velha, a qual autoriza por escrito o Sr. Carlos a realizar tal evento, este apenas poderá realizar os bailes pretendidos no horário entre as 22:00h e as 02:00h, conforme estipula o artº 11º, nº 1, c), do **Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais**, relativamente a bares.

O horário não poderá ser alargado pela Câmara Municipal, nos termos do actual art. 13º do Regulamento dos Horários de Funcionamento, uma vez que o alargamento apenas se refere aos estabelecimentos previstos no art. 12º, designadamente: estabelecimentos de jogos e máquinas de



MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 512 070 946
LARGO CARDEAL COSTA NUNES
9952-324 MADALENA (C. P. 010)
TELEF. 252 628 700
TELEFAX 252 628 748
SITE: www.cm-madalena.pt
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt

28
194
H
K
J
R

diversão, farmácias, funerárias, hotéis, hospedarias, estações de serviço e postos de venda de carburantes e lubrificantes.

Ora, este preceito não tem sentido na forma como aparece redigido, uma vez que só permite à Câmara Municipal autorizar o alargamento de horário àquele tipo de estabelecimentos mencionados no art. 12º. Por este motivo, entende-se que houve um lapso na redacção do art. 13º, e que, quando este refere no nº 1 *"A Câmara Municipal poderá alargar os limites fixados no artigo anterior, em épocas festivas tradicionais, designadamente na quadra natalícia, na Páscoa e nas festas populares e ou do município."*, deverá entender-se que a Câmara Municipal poderá alargar os limites fixados nos artigos anteriores..., abrangendo desta forma qualquer tipo de estabelecimento, deixando ao critério do Executivo Camarário as autorizações de alargamento de horários naquelas épocas já referidas.

Concomitantemente, fazendo uma interpretação correctiva deste preceito - art. 9º, nº 1 do Código Civil : *A interpretação não deve cingir-se à letra da lei, mas reconstruir a partir dos textos o pensamento legislativo, tendo sobretudo em conta a unidade do sistema jurídico, as circunstâncias em que a lei foi elaborada e as condições específicas do tempo em que é aplicada.*" – entende-se que este alargamento de horário, até às 04:00h, é passível de ser remetido à Câmara Municipal para eventual autorização."

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar o pedido de alargamento de horário do Sr. Carlos Dutra, à Casa do Povo da Criação Velha, para o Baile de Angariação de Fundos, no dia 28 de Abril, até às 04.00 horas, em conformidade com o Regulamento Municipal e com a informação acima transcrita. -----

12 – Da Comissão Administrativa da Igreja de Santa Margarida – Pedido de apoio em materiais para obras na Igreja – Para decisão. -----

Foi apresentado ao executivo, pela Chefe da Secção de Pessoal, Património e Aprovisionamento, Sra. Manuela Serpa, o ofício da Comissão Administrativa da Igreja de Santa Margarida, Terra do Pão, datado de 27/03/2007, a solicitar apoio em materiais para finalização do emboco numa das paredes traseiras da Igreja, no valor estimado de 185,00 euros, bem como a informação n.º 393/2007, de 02/04/2007, do Dr. Fernando Evangelho, do Gabinete de Estudos e Planeamento, que a seguir se transcreve: -----

"Considerando o pedido de apoio dirigido a esta Autarquia pela Comissão Administrativa da Igreja de Santa Margarida, em materiais (20 sacos de cimento e 2 m³ de areia) para finalização do emboco numa das paredes traseiras da igreja, entende-se o seguinte;

Nos termos do artigo 64º, nº 4, alínea b), da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal tem competência para apoiar ou comparticipar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra. O interesse municipal a que se refere esta alínea, é um interesse público local, ou seja, aquele que é sentido pelos residentes na circunscrição municipal.

Ora, sendo o interesse municipal um interesse próprio e comum da comunidade municipal, é nosso entendimento de que a Câmara, caso assim o entenda, poderá apoiar o solicitado, uma vez que estará a contribuir para uma entidade que prossegue fins religiosos de manifesto interesse.

No que diz respeito à dotação orçamental disponível, de acordo com a Informação nº 63 da Técnica Superior, Hélia Dutra, que se anexa, para o orçamento deste ano, na rubrica orçamental 0102/02121 – Outros Bens - foi deixada dotação para eventuais apoios em espécie, para Instituições."

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar o pedido em materiais, em conformidade com a informação acima transcrita. -----

13 – Do Grupo Folclórico "Ilha Morena" da Casa do Povo de São Mateus – Pedido de apoio em beberete aquando do lançamento do DVD "Minha Terra" – Para ratificação. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Sr. Presidente Jorge Rodrigues este ponto, que após solicitação esclarecimentos à Casa do Povo de São Mateus sobre a entidade organizadora do evento, foi remetido a esta edilidade um ofício a comunicar que a entidade organizadora deste evento era o Grupo de Folclórico "Ilha Morena" da Casa do Povo de São Mateus, documento que se anexa e que se dá por integralmente reproduzido para os devidos e legais efeitos. -----

Esclarecida esta situação, e de acordo com a deliberação da reunião camarária de 05/04/2007, o Sr. Presidente deu despacho favorável, para o apoio ao beberete, vindo assim para ratificação. -----

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade, ratificar o despacho de autorização do Sr. Presidente, para o apoio ao beberete. -----

14 – Documentos de Prestação de Contas da Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2006 – Para aprovação. -----



MUNICÍPIO DA MADALENA

CONTRIBUINTE N.º 502 070 946
LARGO CARDEAL COSTA NUNES
9950-324 MADALENA (D. RNC)
TELEF: 292 628 700
TELEFAX: 292 628 748
SITE: www.cm-madalena.pt
E-MAIL: geral@cm-madalena.pt

Handwritten signature and initials.

Foi apresentado ao executivo, pela Técnica Superior da Secção de Contabilidade, Taxas e Licenças, Dra. Hélia Dutra, os documentos de prestação de contas do ano de 2006, e que se encontram integralmente elaborados com a designação de balanço, demonstração de resultados, controlo orçamental da despesa, controlo orçamental da receita, execução do plano plurianual de investimentos, fluxos de caixa, contas de ordem, operações de tesouraria, caracterização da entidade, notas ao balanço e à demonstração de resultados, modificações do orçamento - receita, modificações do orçamento - despesa, modificações ao plano plurianual de investimentos, contratação administrativa - situação dos contratos, transferências correntes - despesa, transferências de capital - despesa, transferências correntes - receita, transferências de capital - receita, subsídios obtidos, activos de rendimento fixo, activos de rendimento variável, empréstimos, outras dívidas a terceiros, relatório de gestão, norma de controlo interno e suas alterações, resumo diário de tesouraria, síntese das reconciliações bancárias, mapa de fundos de maneio, relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais, relação de acumulação de funções e relação nominal de responsáveis, documentos que se anexam e que se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. -----

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a prestação de contas de gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2006, tendo deliberado ainda, remeter a mesma à Assembleia Municipal para os devidos e legais efeitos. -----

15 – Proposta de Aplicação de Resultado Líquido do Exercício de 2006 – Para aprovação. -----

Foi apresentada ao executivo, pela Técnica Superior da Secção de Contabilidade, Taxas e Licenças, Dra. Hélia Dutra, a informação n.º 65, de 05/04/2007, da própria, com a proposta de Aplicação de Resultado Líquido do Exercício de 2006, que a seguir se transcreve: -----

"Nos termos do ponto 2.7.3 - Resultado Líquido do Exercício do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 Fevereiro, refere o seguinte:

2.7.3.1- A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

2.7.3.2 - No início de cada exercício, o resultado do exercício anterior é transferido para a conta 59 " Resultados transitados".

2.7.3.3 - Quando houver saldo positivo na conta 59 " Resultados transitados", o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;

Handwritten signature and initials, possibly "Luis" and "R", with a date stamp "19/4".

b) Constituição ou reforço de reservas.

2.7.3.4 - É obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 "Património" corresponda a 20% do activo líquido.

2.7.3.4.5.- Sem prejuízo do disposto no número anterior, deve constituir-se o reforço anual da conta 571 "Reservas legais", no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

Assim, para cumprimento desta norma legal, propõe - se que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de 466.133,13 Euros, seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais.....23.306,66 Euros

Resultados Transitados.....442.826,47 Euros"

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a proposta de Aplicação de Resultado Líquido do Exercício de 2006, no montante de 466.133,13 Euros, sendo 23.306,66€ em Reservas Legais e 442.826,47€ em Resultados Transitados, tendo deliberado ainda, remeter a mesma à Assembleia Municipal para os devidos e legais efeitos. -----

16 – Alteração n.º 5 ao Orçamento – Para aprovação. -----

Foi apresentada ao executivo, pela Técnica Superior da Secção de Contabilidade, Taxas e Licenças, Dra. Hélia Dutra, a referida alteração, bem como todas as informações necessárias, documentos que se anexam e aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. -----

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a referida alteração. -----

17 – Resumo Diário da Tesouraria, referente ao dia 18 de Abril de 2007. -----

Foi apresentado ao executivo, pela Técnica Superior da Secção de Contabilidade, Taxas e Licenças, Dra. Hélia Dutra, o resumo diário da tesouraria referente ao dia dezoito de Abril, cujo total de disponibilidades era de trezentos e um mil, novecentos e cinquenta e quatro euros e treze cêntimos. ---

Deliberação: A Câmara tomou conhecimento. -----

II – Projectos de Arquitectura – Para deliberação. -----

1 – Processo n.º 018/2004, de Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 808 da Candelária.

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 0372/2007 de 13/04/2007, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

28
195

Handwritten signature and initials

"O requerente pretende proceder à ampliação de uma moradia de sua propriedade, sita à Rua da Cruz, Candelária.

A pretensão respeita o Regulamento Geral das Edificações Urbanas e os parâmetros urbanísticos do Espaço Urbano da Candelária onde se insere a pretensão.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho."

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade, deferir o processo, em conformidade com a informação acima transcrita. -----

2 – Processo n.º 016/2007, de José Pinheiro Dias. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 0368/2007 de 12/04/2007, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

"O requerente pretende proceder à construção de uma unidade de transformação (adega), num terreno de sua propriedade, sito ao Ramal do Porto do Calhau, Candelária.

A pretensão respeita o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, e mereceu parecer favorável por parte da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos e da Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho."

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade, deferir o processo, em conformidade com a informação acima transcrita. -----

3 – Processo n.º 017/2007, de Manuel Tibério da Costa Goulart. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 0374/2007 de 13/04/2007, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

"O requerente pretende proceder à construção de uma moradia, num terreno de sua propriedade, sito ao Ramal do Porto das Baixas, São Caetano.

28
196

Handwritten signature and initials.

A pretensão respeita o Regulamento Geral das Edificações Urbanas e os parâmetros urbanísticos do Espaço Urbano de São Caetano onde se insere a pretensão, tendo merecido parecer favorável por parte da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho."

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade, deferir o processo, em conformidade com a informação acima transcrita. -----

4 – Processo n.º 027/2007, de Delmar Marcelo Maciel Tavares. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 0375/2007 de 13/04/2007, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

"O requerente pretende proceder à construção de uma moradia, num terreno de sua propriedade, sito à Estrada Regional n.º 1 – 2.ª, Bandeiras.

A pretensão respeita o Regulamento Geral das Edificações Urbanas e os parâmetros urbanísticos do Espaço Urbano das Bandeiras onde se insere a pretensão, tendo merecido parecer favorável por parte da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho."

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade, deferir o processo, em conformidade com a informação acima transcrita. -----

5 – Processo n.º 030/2007, de Carla Maria Marcos Goulart Bettencourt. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 0378/2007 de 16/04/2007, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

"A requerente pretende proceder à construção de uma moradia, num lote de sua propriedade, sito ao Granel, Madalena.

28
197
Handwritten signature and initials.

O projecto foi elaborado pela Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, e respeita os Projectos Tipos constantes do processo de loteamento n.º 09/1990, titulado pelo Alvará n.º 07/1991, em nome da Região Autónoma dos Açores.

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho.”

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade, deferir o processo, em conformidade com a informação acima transcrita. -----

III – Projecto de Especialidades – Para deliberação. -----

1 – Processo n.º 069/2006, de Agostinho, Gonçalves e Gabriela, Lda. -----

Foi apresentada ao executivo, pelo Coordenador da Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, Eng.º Manuel Sançana, a informação n.º 0377/2007 de 16/04/2007, referente ao projecto acima referenciado, que a seguir se transcreve: -----

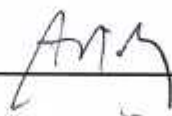
“Nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, os projectos de especialidades acompanhados de termos de responsabilidade por técnicos inscritos em associação pública estão isentos de apreciação prévia, pelo que, o **Projecto de Estabilidade, Plano de Segurança contra Incêndio, Rede de Águas e Esgotos, Projecto de Rede de Gás, ITED e Instalações Eléctricas** apresentados pelo requerente, foram apenas analisados em termos de documentação técnica.

Dado que estão documentalmente instruídos com as peças escritas e desenhadas necessárias à compreensão dos projectos técnicos, e que tem parecer favorável condicionado por parte da EDA com o qual o requerente mostrou concordância, e favorável por parte do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores, propõe-se o deferimento do pedido ao abrigo do disposto no referido artigo, e dando cumprimento à alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, condicionado ao parecer da EDA.”

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade, deferir o processo condicionado ao parecer da EDA, em conformidade com a informação acima transcrita. -----

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, pelas onze horas e dez minutos, tendo sido a presente acta aprovada em minuta e assinada pelos membros do executivo presentes, ficando os Técnicos presentes na reunião encarregues de dar imediata execução às deliberações tomadas no respeitante aos seus departamentos. -----

O PRESIDENTE: _____



OS VEREADORES: _____

